

IDEOLOGIAS POLÍTICAS, DIREITOS HUMANOS E ESTADO: DO LIBERALISMO À TERCEIRA VIA; REFLEXÕES PARA A DISCUSSÃO DO MODELO DE ESTADO BRASILEIRO

André Regis

Professor Universitário

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho estuda a evolução dos Direitos Humanos em face da tipologia ideológica de Estado responsável pela implementação de políticas públicas. Discutiremos o impacto das ideologias políticas para as chamadas gerações de Direitos Humanos. Discorreremos sobre a primeira geração (direitos de liberdade) que envolve direito à vida, à liberdade, à propriedade, que são os grandes princípios liberais; sobre a segunda geração de direitos (direitos coletivos), que diz respeito aos direitos sociais e sobre a terceira geração de direitos (direitos dos povos), voltada para um meio ambiente saudável e para os direitos do consumidor. Enfocando uma discussão mais atual em termos de gerações, ou da evolução dos direitos humanos. E também, em linhas breves, sobre a discussão em torno da chamada quarta geração voltada para temas futurísticos como a bioética. Nosso objetivo será mostrar a conexão ou interpenetração entres essas gerações, pois estamos vivendo uma realidade onde os direitos produzidos por essas três gerações se relacionam tanto geográfica quanto temporalmente. Desta forma, a divisão em gerações de direitos existe apenas do ponto de vista didático. Por isso mesmo, conforme tendência recente, essas gerações podem ser também chamadas de dimensões. Na medida em que “gerações” dá a idéia de algo que se sobrepõe a outra coisa, enquanto que dimensão sugere uma coexistência interativa entre uma coisa e outra.

Examinaremos a evolução dessas gerações (ou dimensões) buscando uma associação entre estas e as ideologias políticas. Iremos apresentar as

principais idéias do liberalismo clássico à terceira via, passando necessariamente pela discussão sobre socialismo, social democracia e neoliberalismo.

Adotamos neste trabalho uma abordagem teórica que privilegia argumentos históricos, ou seja, assim como Bobbio, acreditamos que os direitos humanos são direitos conquistados historicamente.

Do ponto de vista teórico, sempre defendi que os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. (Bobbio, 1992, p. 5)

Ao final, pretendo que fique claro, que mesmo após todas as reformas neoliberais realizadas no Estado brasileiro a partir do início dos anos 90 do século XX, é um equívoco considerar o Brasil como sendo um Estado neoliberal. Nosso argumento é que o Estado brasileiro é uma tentativa frustrada de social democracia, constitucionalmente estruturada. O perfil das finalidades do Estado brasileiro é social democrata, entretanto, a prestação dos serviços característicos de uma rede de proteção social, típica do estado do bem-estar social, no Brasil é de qualidade insatisfatória.

2 MODELOS POLÍTICOS DE ESTADO E EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Não há como discutir gerações de direito humanos sem discutir o liberalismo clássico que surgiu entre os séculos XVII e XVIII. No século XVII, aconteceu na Inglaterra a chamada Revolução Gloriosa em 1688 que foi uma revolução de natureza liberal. Depois vieram, em 1776, a Revolução Americana, que é um grande marco do liberalismo e do Direito Constitucional, e, em seguida, a Revolução Francesa de 1789. Então esses três episódios históricos de grande dimensão simbolizam o nascimento do liberalismo clássico. Do ponto de vista da ideologia do liberalismo clássico, nós temos que levar em consideração que a burguesia emergente defendia a idéia de que o Estado deveria proteger a propriedade privada, a vida, e também a liberdade do indivíduo. Esses eram os valores supremos do liberalismo clássico que coincidem justamente com o surgimento da primeira geração (ou dimensão) dos direitos humanos (que defende os valores do liberalismo)

Os fundamentos do liberalismo clássico podem ser examinados por várias perspectivas, quer seja a perspectiva econômica, política ou das relações interpessoais. Quando alguém se considera um liberal, é necessário saber em que sentido. Muitas vezes, as pessoas têm receio de responder afirmativamente quando perguntadas se são liberais. Pois, normalmente, elas tendem a relacionar o liberalismo com tolerância a comportamentos socialmente polêmicos, uma vez que o liberal no plano das relações interpessoais defende a tolerância, a liberdade religiosa, a liberdade sexual, a opção partidária, a liberdade de pensamento. Entretanto, pode-se estar perguntando se alguém é liberal sob o ponto de vista econômico ou político. Desta forma, ser liberal do ponto de vista econômico é defender que o Estado não deve estar interferindo diretamente na economia. Acredita-se que a economia possui leis próprias que produzem um sistema perfeito quando o Estado não interfere no processo econômico, este é o argumento de Adam Smith (a idéia da mão invisível que é a lei da oferta e da procura geradora do equilíbrio econômico). Para o liberal, do ponto de vista econômico, o Estado não deve intervir diretamente na economia. Percebe-se claramente a diferença entre o liberal do ponto de vista das relações interpessoais, do liberal do ponto de vista das relações econômicas.

Do ponto de vista político, podemos afirmar que o liberal é aquele que defende a idéia de liberdade, principalmente, de expressão, eleições livres, ou seja, democracia. Não obstante, é bom lembrar que o liberalismo surgiu antes mesmo do que se entende hoje como democracia.

Portanto, alguém pode ser liberal apenas sob um aspecto ou até mesmo sob todos os pontos de vista. Até mesmo porque as dimensões do liberalismo não surgiram simultaneamente¹. Nem tão pouco estabelecem relações de dependências mútuas. Por exemplo, uma tirania pode adotar o liberalismo econômico como modelo de gestão econômica. Um conservador em termos de costumes pode ser um fervoroso defensor da liberdade de expressão.

O liberalismo surgiu para dar suporte a idéia de capitalismo. Se hoje alguém pensa que a idéia de direito à liberdade, à vida e à propriedade é algo do passado, algo ultrapassado, porque já chegamos a outras dimensões dos

¹ Por exemplo, a Revolução Inglesa trouxe os princípios do liberalismo clássico, posteriormente, defendidos por John Locke no seu livro “Segundo Tratado sobre o Governo Civil”, entretanto, somente com as revoluções americana e francesa a atual idéia de democracia começa a ser delineada, surgindo então a democracia liberal.

direitos humanos, se voltássemos a 1688, 1776 ou a 1789 veríamos que essa era uma ideologia de vanguarda. O liberalismo veio para romper com o absolutismo monárquico para impor um governo que fosse eleito, fundado na confiança e no consentimento², que desse segurança à burguesia emergente. Burguesia emergente que tinha interesse em patrocinar a expansão do capitalismo. Daí o liberalismo surgir como o grande modelo patrocinador do capitalismo que aparece como organização econômica que utiliza o liberalismo como fundamentação ideológica para sua própria expansão e consolidação. Tudo isso tem a ver com remuneração do capital, tem a ver com liberdade, com livre iniciativa. Todos estes são valores do capitalismo defendidos pelo liberalismo³. É neste momento que há uma ruptura com os últimos vestígios dos valores do feudalismo, com a monarquia absolutista, fazendo surgir a base para o desenvolvimento da democracia liberal.

Portanto, o liberalismo surge como uma força ideológica a serviço do capitalismo tendo como função moldar o Estado para que este pudesse patrocinar o surgimento do capitalismo. O capitalismo precisou de um núcleo ideológico forte para substituir a ordem política em vigor. Então, o Estado passou a ser estruturado pelo liberalismo. Tanto é verdade que se pensarmos, atualizando o debate, em globalização hoje, ou na expansão do capitalismo que é sua marca mais visível, veremos que essa expansão só é possível graças ao suporte das consideradas instituições multilaterais neoliberais. Desta maneira, assim como no passado, o liberalismo serve sempre como a estrada pavimentada para que o capitalismo possa se desenvolver. Se o capitalismo está encontrando dificuldades para se desenvolver, o que se faz? Utiliza-se o liberalismo para criar as condições favoráveis para o seu desenvolvimento. Portanto, ontem, hoje, sempre, o capitalismo necessita do liberalismo para se desenvolver.

Na verdade, o liberalismo surgiu para viabilizar a criação de uma sociedade industrial, pois, o desenvolvimento do capitalismo tem a ver, necessariamente, com o desenvolvimento da sociedade industrial. Neste contexto, introduzimos as discussões em torno da evolução dos Direitos Humanos. Pois, enquanto as idéias de Adam Smith reinavam quanto ao papel do Estado na estrutura econômica, não havia nesta época preocupação nem com democracia nem tão pouco com proteção aos direitos da maior parte

² Locke, 1994, p. 95

³ Locke, 1994, p. 95

da população. Já existia a primeira geração (dimensão) de direitos, mas esta não chegou para todos simultaneamente, esses direitos eram efetivos apenas para os burgueses. A grande maioria, formada pelo proletariado, estava desprotegida. O proletário era obrigado a trabalhar mais de 16 horas por dia, sem amparo algum, sem as mínimas condições de trabalho, vendo sua prole crescer sem perspectiva de futuro e, o pior, começando a trabalhar ainda na infância. No período da revolução industrial o trabalhador não tinha direitos, não ganhava um salário digno, não havia limites legais que regulamentassem a jornada de trabalho. Direitos como, por exemplo, repouso semanal remunerado e férias simplesmente não existiam. A situação era de completa desigualdade e injustiça social. Sem mencionar o fato de que era proibida a liberdade de associação sindical dificultando a mobilização em torno da reclamação por melhores condições de trabalho. Neste contexto inexistia proteção em relação ao que chamamos hoje de direitos sociais, considerados direitos de segunda geração.

Portanto, a primeira geração existia, mas para poucos. Os burgueses estavam protegidos, eles participavam do processo político, votavam, tinham proteção, tinham sua liberdade de iniciativa privada, de vida. Restando desamparado o proletariado que formava grande maioria da sociedade.

Fazendo uma evolução do liberalismo, a partir de 1688 verificaremos que o século XIX foi o momento de ouro desse sistema. Houve uma abertura muito grande dos mercados, num contexto muito parecido com o contexto da globalização atual.

Entretanto, já no início do século XX o liberalismo mostra os primeiros sinais de cansaço. O primeiro deles foi a I Guerra Mundial de 1914-1918. Esta e suas conseqüências foram um grande golpe para o liberalismo⁴, que culminou com a crise da bolsa de Nova York, em 1929. Neste episódio, tivemos uma quebra geral de empresas em todos os setores econômicos, no Brasil a exportação de café sofreu um grande abalo, que simbolizou o desmantelamento, a decadência, o fracasso, e o término de

⁴ A Guerra Mundial quebrou a lógica do funcionamento da liberdade de mercado. Se alguém é um capitalista este vai querer que o mercado esteja livre para que haja a maior quantidade possível de circulação de mercadorias. Uma situação de guerra, como a situação da I Guerra Mundial é uma situação que ao invés da liberdade de circulação existem barreiras absurdas que desaceleram a economia. Há um retrocesso econômico, porque não há liberdade de circulação de mercadorias, para o capitalista isso é ruim. Se o capitalista quer exportar mais, quer participar de um mercado mais amplo em um momento de guerra todos fecham suas fronteiras. Em uma situação de guerra a economia passa a ser organizada para a guerra e não para a produção normal.

uma era chamada de liberalismo clássico. Assim como nós escolhemos com símbolos do liberalismo clássico, do seu nascimento, a Revolução gloriosa, na Inglaterra, a Revolução Americana e a Revolução Francesa nós devemos tomar como marco terminativo desse processo histórico a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929.

Ainda quanto à questão da I Guerra Mundial, não podemos deixar de citar que o principal episódio ocorrido nesse período de ruptura com o liberalismo foi a revolução bolchevique de 1917. Desta forma entendemos que I Guerra mundial ajudou a criar as melhores condições para a realização da Revolução Bolchevique num momento de enfraquecimento do Estado russo⁵ motivado por sua desastrada participação na guerra. Guerra esta um tanto quanto sem sentido sob a perspectiva liberal. O saldo da guerra para os liberais foi uma perda generalizada⁶. Essa revolução aconteceu dentro desse contexto e simbolizou um grande marco de transformação do pensamento liberal, pois colocou em prática uma ideologia política tão forte ou talvez mais forte do que a ideologia do liberalismo clássico: o socialismo como caminho real para o comunismo. Neste sentido, chegou-se a implementação de um modelo de Estado capaz de se contrapor ao liberalismo clássico. Esta nova alternativa gerou mudanças profundas no liberalismo inclusive quanto à evolução dos direitos humanos, fazendo surgir a segunda geração (ou dimensão) dos direitos humanos.

A queda do liberalismo não foi abrupta. Foi um processo muito lento que de certo modo não podemos estabelecer um momento exato que caracterize a substituição desse modelo por outro modelo paradigmático de organização do Estado e do capitalismo. Contudo, podemos colocar alguns episódios significativos para mostrar a derrocada do liberalismo clássico e o surgimento de duas alternativas que marcaram profundamente as relações intra e interestatais.

A Revolução Russa em 1917 trouxe a idéia do socialismo, via ditadura do proletariado, como uma passagem necessária ao comunismo, ou seja,

⁵ Skocpol, Theda. *States and Social Revolutions. A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge. P.40.

⁶ A Rússia se enfraqueceu tanto que permitiu que os Bolcheviques tomassem o poder, isso é tanto verdade que eles, antes de dar o golpe, aproveitaram o momento da guerra e minaram todas as estruturas que ainda funcionavam dentro do Estado para dar o golpe. Eles esperaram o momento do enfraquecimento, quando o Estado estava totalmente debilitado, quando já não tinha mais forças de resistência, então houve a revolução. Skocpol, Theda. *States and Social Revolutions. A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge.

para o estágio final da evolução humana, de acordo com Karl Marx, onde o homem poderia desenvolver suas potencialidades em sua plenitude sem necessidade do Estado, dessa forma, o comunismo seria a ausência do Estado. A ditadura do proletariado faria com que o proletariado tivesse a proteção necessária para que ele pudesse se tornar uma pessoa com dignidade. Isto é extremamente importante porque a segunda geração de direitos humanos surge justamente dessa ruptura gerada pela Revolução Russa que fez a passagem do capitalismo para o socialismo, criando um modelo de Estado totalmente antagônico ao modelo estatal liberal.

O socialismo, a partir da experiência soviética, promete para o trabalhador o paraíso na Terra. Se o trabalhador morria de fome, até por não ter um salário que permitisse vida com dignidade, o salário no socialismo permitiria. Se o trabalhador no capitalismo adoecesse, morreria doente, sem amparo, sem assistência; no socialismo teria assistência médica, mais do que assistência médica ele teria previdência, quando envelhecesse ele estaria tranqüilo porque o Estado cuidaria dele. O Estado garantiria o repouso semanal, garantiria férias, garantiria condições de igualdade para mulheres e para homens. Proibiria trabalho infantil, as crianças estariam protegidas, as crianças teriam escola. Em resumo, o socialismo prometia para o trabalhador, assistência do berço ao funeral. Tudo isso seria garantido porque o Estado seria total, estando toda a economia nas mãos do Estado. O Estado seria o detentor dos fatores de produção, haveria a abolição da propriedade privada. A idéia de propriedade privada então deixa de existir, fazendo com que o conceito de liberdade ficasse condicionado à idéia de igualdade porque o importante no socialismo é o conceito de igualdade absoluta, é a idéia de uma sociedade sem classes.

Houve, portanto, uma inversão completa de valores. No liberalismo, como o indivíduo está no centro do sistema, se espera que primeiro ele pense nele para depois pensar no coletivo enquanto que no socialismo o indivíduo deve primeiro pensar no coletivo para depois pensar em si. Se no liberalismo o valor principal do sistema é a liberdade, no socialismo é a igualdade. Uma igualdade absoluta. Surge, portanto, um novo sistema, fruto de uma revolução, implementado com dificuldade num dos países mais importantes da Europa, embora tenha sido uma surpresa para os marxistas que a revolução tenha ocorrido na Rússia e não na Inglaterra, porque de acordo com Karl Marx a revolução aconteceria da contradição do capitalismo e esta iria aparecer no modelo capitalista mais avançado e não em um

modelo quase que pré-capitalista como o Russo Czarista. O fato é que a Revolução Russa passou a ser o maior motor ideológico de transformação do próprio capitalismo e do liberalismo clássico isso por um motivo muito simples é que o socialismo passou a ser um modelo alternativo.

Assim, em termos evolutivos, o liberalismo clássico superou o modelo absolutista, o liberalismo trouxe o capitalismo, depois, a idéia de democracia. Assim, o capitalismo se expandiu durante séculos para depois entrar em colapso, antes que ele entrasse em colapso total surgiu, então, uma alternativa: o socialismo. Com o surgimento do socialismo, qual seria o comportamento lógico para o proletariado? Evidente que o comportamento lógico seria: se no modelo liberal não temos proteção sequer das nossas vidas, vamos lutar pela revolução, pois já estamos mortos mesmo que respirando.

Portanto, o operariado começou a procurar o melhor para os trabalhadores. O comportamento racional para qualquer operário era o de se tornar revolucionário. Porque se o movimento revolucionário tivesse êxito, o trabalhador deixaria de ser explorado para ser parte de um modelo estatal garantidor pleno dos direitos sociais de segunda geração. Então, o operário passaria a ter direitos que não teria com o modelo capitalista do liberalismo clássico. Dessa forma, o trabalhador começou a se mobilizar, começaram a haver manifestos, organizações sindicais, grupos difundindo as idéias socialistas, a difusão da Revolução Russa, então a idéia da Revolução Russa passou a transitar na Europa, essas idéias circulando fizeram com que mais pessoas tivessem acesso ao que aconteceu na Rússia e então esse modelo passou a ser uma idéia madura. Os operários se organizaram e começaram a pressionar por direitos, criticando o modelo, criticando a forma de organização do Estado, a exploração, a falta de proteção e este contexto foi de muita violência porque estes movimentos foram encarados como movimentos subversivos e de fato eles estavam pretendendo subverter a ordem através da luta de classes para usar terminologia marxista.

Por outro lado, se nos colocarmos na perspectiva do burguês, do dono, da empresa, da indústria, qual seria o comportamento que deveríamos esperar? Repressão. Com o surgimento dos movimentos revolucionários, houve uma repressão sangrenta. Muitos ativistas morreram outros foram presos, torturados tendo seus direitos humanos violados. A luta por direitos humanos foi sangrenta. Os capitalistas reprimiam para não perder o controle da situação, porém a repressão não foi eficaz. Com isso começou a haver uma ameaça real ao *status quo* criando a possibilidade de se repetir tudo o que

acontecera na Rússia em 1917. Por isso, de um lado, para se evitar a revolução, e do outro, para se evitar mais mortes e a incerteza do futuro, só havia um caminho: negociação. Foi nesse processo de negociação que surgiu a social democracia.

A social democracia surge então desse processo de negociação porque ambas as partes chegaram a conclusão de que nem o capital tinha condições de reprimir de forma eficaz os movimentos revolucionários, porque cada repressão gerava mais descontentamento, novas manifestações e mais repressão. Nem tão pouco os trabalhadores tinham força suficiente para derrubar o capital porque, apesar do exemplo histórico da Revolução Russa, os demais Estados europeus não estavam enfraquecidos como a Rússia esteve durante a Revolução⁷. A máquina repressora era forte. As lutas seriam sangrentas e nenhuma das duas partes teria a certeza de que iria ganhar e o custo da vitória poderia ser muito grande para ambas as partes e no final poderia ser uma vitória de Pirro⁸.

Então, não necessariamente ganhar significaria o melhor resultado. A conclusão de ambos os lados era que a negociação traria o melhor resultado para todos. E foi esse processo de negociação que culminou com o estabelecimento da social democracia. A social democracia veio a ser o modelo de Estado que buscou conciliar interesses antagônicos entre liberais clássicos e socialistas. Inclusive, houve grandes acusações por parte dos socialistas, ou comunistas, em relação aos sociais-democratas como Rosa de Luxemburgo na Alemanha. Estes foram acusados de vender a causa socialista por agir com precipitação negociando em condições desfavoráveis⁹. Mas a maioria dos sociais-democratas fez realmente a opção pelo acordo e este acordo fez

⁷ A Rússia estava metida em uma guerra que ela não tinha condições de lutar e ela se enfraqueceu tanto que os próprios Bolcheviques procuraram minar ao máximo as resistências do Estado para que houvesse a possibilidade da Revolução. Então a Revolução ocorreu na Rússia não apenas pela força do movimento revolucionário mas também pelo próprio colapso das próprias instituições repressoras do Czar.

⁸ Pirro foi um general que lutou várias vezes contra Roma. Cada vez que Roma lutava contra seu exército, Pirro ganhava. Ganhou a primeira batalha. Ganhou a segunda. Ganhou a terceira. Ganhou a quarta. Quando chegou na quinta batalha ele disse: “Mais uma vitória dessas e eu estou liquidado!”. Por que? Porque na primeira ele ganhou mas ele perdeu homens; na segunda ele ganhou mas perdeu muitos homens; na terceira o exército dele já estava pequeno mas ele ganhou; na quarta ganhou mas ficou minúsculo, ou seja, mais uma vitória daquela e ele estaria liquidado.

⁹ Isso foi o que realmente aconteceu porque eles diziam que iam ganhar, então por que negociar agora? “Vamos fazer a revolução. Vamos implementar o socialismo.” E não negociar um Estado que eles não conheciam porque até então não havia exemplo de Estado social democrata.

com que surgisse dos pactos entre socialistas e burgueses a social democracia.

Então, um Estado social democrata vem a ser a compatibilização, a harmonização entre interesses opostos, seria a manutenção de uma ordem capitalista, mas com uma forte presença do Estado nas relações sociais, ou seja, o Estado seria muito forte, seria a compatibilização das idéias conflitantes de liberdade com a idéia de igualdade. A questão passou a ser como se garantir a liberdade entre os desiguais, ou a igualdade na liberdade? Se se quer produzir a igualdade, então, há a necessidade de se partir para a compatibilização de idéias antagônicas, a social democracia procurou juntar esses direitos.

Afinal, qual foi o acordo? Os capitalistas fizeram a seguinte oferta aos operários: se os operários querem os direitos sociais, como por exemplo: seguro desemprego, igualdade entre homens e mulheres, proibição do trabalho infantil, educação, saúde, previdência, nós concordamos. Tudo será garantido sem a necessidade de revolução. Então, houve a promessa de se construir um Estado onde o trabalhador tivesse acesso a esses direitos. Esta oferta fez com que a idéia da social democracia fosse viabilizada, e ela foi aceita pelos trabalhadores, pelos socialistas, já então sociais-democratas, os dois lados passaram a ser considerados sociais-democratas porque fizeram algo que não existia.

Com isso houve uma mudança radical no modelo de Estado, porque se acabou com a era das finanças neutras, a idéia de que o Estado só poderia gastar o que ele arrecadasse e que o Estado não deveria participar diretamente da economia. E a quem cabia cumprir a promessa? Ao Estado. Então os burgueses aceitaram financiar uma estrutura estatal que produzisse tais condições, viabilizando, desta forma, a criação dessa segunda geração (ou dimensão) de direitos. Para isso houve a necessidade do Estado passar a ser um Estado intervencionista. E mais do que isso ser um Estado que arrecadasse muito porque o Estado precisava construir escolas, estradas, hospitais, garantir aposentadoria, tudo isso fez com que o Estado precisasse arrecadar mais.

Com o acordo o capitalista continuou ganhando muito, mas, a partir daí, ele teria que contribuir com uma grande parte do que ganhava para os cofres públicos para que estes pudessem garantir o acordo. Se isto não tivesse acontecido os burgueses não teriam a garantia de controlar o processo. Então, houve a transferência de riquezas para que o Estado promovesse

a justiça social. Uma justiça tanto distributiva, distribuindo as riquezas produzidas, como também reparadora, reparando os danos do passado construindo uma sociedade mais justa. Isto implicou em um aumento significativo da carga tributária desses Estados. A social democracia passou a significar Estado intervencionista na economia e também elevada arrecadação de tributos pelo Estado.

Comparando, num Estado liberal clássico a necessidade de recursos para o Estado é mínima. O Estado não tem tantas obrigações e se ele não tem tantas obrigações ele não precisa arrecadar muito. Entretanto, num modelo como este há a necessidade de gigantesca arrecadação para se poder viabilizar a prestação desses serviços. A idéia de igualdade, que passa a ser a idéia central do sistema, é uma promessa de igualdade para o futuro. Ou seja, o funcionamento do sistema irá produzir igualdade de oportunidade para todos. Resumindo, os capitalistas prometeram criar um novo sistema baseado na justiça social. Saúde, previdência, pleno emprego, educação seriam direitos garantidos pelo Estado para todos. Por exemplo, através do sistema educacional, todas as crianças poderão estudar e ser o que quiserem, elas poderão desenvolver suas potencialidades na plenitude. O sistema educacional produzirá a igualdade, então, no futuro, prevalecerá o mérito e o mérito vai gerar a distribuição de riquezas criando o socialismo não por via revolucionária, mas por via democrática. Paradoxalmente, este modelo veio para salvar o capitalismo, evitando que ele entrasse num processo de ruptura total após queda da bolsa de Nova York. O ano de 1933 passou a ser um grande marco para a social democracia quando Franklin Delano Roosevelt assume a presidência dos EUA e implementa o *New Deal*¹⁰, adotando o modelo de Estado intervencionista, rompendo com o liberalismo clássico.

No novo contexto, o Estado passa a ter grandes empresas estatais gerando empregos, sendo empresário, estando no mercado, regulamentando o mercado como agente produtivo, produzindo riquezas, e garantindo direitos sociais. Tem-se, então, a social democracia que passa a viabilizar

¹⁰ “*The New Deal, though sometimes contradictory in detail and uneven in impact, restored national morale and remolded the landscape of American life. In particular, it established the responsibility of government to maintain a high level of economic activity, to provide for the unemployed and the elderly, to guarantee workers unions of their own choosing, to prohibit anti-social business practices, to protect natural resources, and to develop the Tennessee Valley and other undeveloped regions.*” Arthur M. Schlesinger, Jr. p. 957. *The Reader’s Companion to American History*. In Eric Foner and John Garraty editors. Houghton Mifflin. Boston, 1991.

essa segunda geração de direitos. Evidentemente que os direitos da primeira geração foram incorporados à nova geração, já que a social democracia compatibiliza os valores do socialismo e do liberalismo clássico. Provavelmente, daí vem a idéia de dimensões, pois a nova dimensão incorporou as idéias da primeira geração.

Por mais de cinquenta anos o modelo social democrata não teve concorrência do lado liberal, pensadores como F.A. Hayek não tinham o menor crédito, J. M. Keynes continuava sendo o mais reputado pensador no domínio da economia-política, desde o seu clássico de 1920 *Of the Essence and Value of Democracy*.

Neste contexto, é interessante observarmos que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, foi elaborada no período em que estava sendo consolidada a terceira geração dos direitos humanos. Podemos, portanto, considerar esta declaração como um dos grandes marcos da terceira geração. Os direitos da terceira geração são, basicamente, os direitos ao meio ambiente saudável, direitos do consumidor, direitos e proteção à criança e ao adolescente, direito a autodeterminação dos povos (por isso ela ser conhecida como geração dos povos), direito à paz, direito ao desenvolvimento. Portanto, direitos difusos e coletivos que ganharam importância após a Segunda Guerra Mundial passando a ser incorporados aos direitos humanos já existentes que seriam os direitos políticos e civis e os econômicos e culturais.

É interessante observarmos que, diferentemente das gerações anteriores, com a terceira geração surge uma nova tendência internacional em termos de vigilância entre os Estados, via organizações internacionais, onde uns passam a vigiar os outros. A ONU e suas agências, passam a ser os grandes guardiões dos direitos humanos internacionais. A idéia era de que as nações deveriam se ajudar mutuamente para que a paz fosse mantida, e cada Estado deveria fazer o máximo para incorporar as suas respectivas legislações os novos instrumentos de proteção aos direitos humanos para que essa idéia pudesse ser efetivada.

Durante toda o período da Guerra Fria, de 1950 até 1991, o modelo alternativo à social democracia continuava sendo o socialista¹¹. É interessante observar que as lutas por direitos sociais ao longo deste período se baseavam na tentativa de alcançar o socialismo pela via democrática.

¹¹ Merquior, 1991.

O retorno do liberalismo só vem a ocorrer na segunda metade dos anos 80 do século XX. Neste momento surge a doutrina do neoliberalismo. O neoliberalismo tornou-se a doutrina ideológica hegemônica da época da chamada globalização. Aparece, então, a pressão vinda dos organismos internacionais para que os países privatizassem suas empresas estatais, liberalizassem suas economias e viessem a integrar a economia global de forma mais efetiva. Esse é o chamado Consenso de Washington, patrocinado pelas principais agências econômicas mundiais, conhecidas como as de agências de *Bretton Woods*, como o FMI, o Banco Mundial, e o GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*)¹².

Podemos afirmar que o neoliberalismo foi fruto de pressões internas e externas. Do ponto de vista externo ele foi uma decorrência da estrutura do capitalismo internacional, criado pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial.¹³

Na verdade, esse chamado Consenso de Washington tinha como objetivo utilizar essas organizações internacionais como mecanismo de pressão para os governos dos países mais fechados, em termos de comércio global, no sentido de que eles patrocinassem políticas neoliberais. O mecanismo de pressão era simples, por exemplo, quando algum país necessitava de recursos do FMI, o empréstimo era concedido apenas se o tomador criasse um programa de privatizações. Se algum país precisasse de recursos do Banco Mundial, também do FMI, então ele emprestava desde que houvesse um projeto de austeridade fiscal. E ainda, havia a pressão do GATT, posteriormente OMC, para que as barreiras às importações fossem diminuídas. Esse receituário de políticas neoliberais ficou sendo chamado de o Consenso de

¹² Entretanto, é interessante observar que se a ordem internacional é neoliberal, não podemos dizer que os Estados são neoliberais. Porque a ordem internacional é neoliberal? Essa supremacia do fluxo de capital, essas organizações internacionais que estruturam a economia como a OMC, o FMI, o Banco Internacional atuam no sentido de fazer com que haja realmente uma expansão; uma expansão do capitalismo internacional e sabemos que o capitalismo para se expandir sempre precisa do liberalismo; então dentro de uma perspectiva internacional o sistema internacional é neoliberal.

¹³ Este sistema tem sido sustentado por três grandes pilares: 1) o pilar de sustentação financeira, sendo o FMI (Fundo Monetário Internacional)¹³ que coordenaria o relacionamento entre os diversos bancos centrais do Estados. O FMI se encarregaria de emprestar dinheiro para socorrer bancos centrais em caso de necessidade; além de propor diretrizes básicas para que houvesse uma maior harmonização do sistema capitalista mundial 2) o pilar do desenvolvimento, a cargo do Banco Mundial¹³, este organismo recebeu a missão de promover o desenvolvimento estruturador, para recuperar a economia do pós-guerra; ele seria o grande banco para emprestar dinheiro para projetos de desenvolvimento, e finalmente. 3) o pilar da comércio mundial, a cargo do GATT. O GATT foi a principal organização responsável pela liberalização da economia mundial nos últimos 50 anos, principalmente, pelos acordos decorrentes das diversas rodadas de negociações, como a rodada Kennedy ou a Uruguai do GATT que terminou em 1993.

Washington por serem essas organizações sediadas na capital dos EUA e também por defenderem interesses dos Estados Unidos. Então, essas organizações internacionais passaram, efetivamente, a patrocinar essas políticas. Se fizermos uma análise detalhada perceberemos que os países em desenvolvimento, naquela época, passaram a sofrer pressão para adotar o mesmo receituário neoliberal. Privatizações passaram a ocorrer em todas as partes do mundo dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento, o que aconteceu no México ou na Argentina, terminou acontecendo no Brasil também, o que variou foi a velocidade de implementação do cronograma estabelecido.

Primeiro veio o Chile, depois veio a Argentina, juntamente com o México só muito tempo depois veio o Brasil praticando esse tipo de política de privatização, de enxugamento da máquina, de dependência de investimentos externos, de política de câmbio super valorizado, de abertura da economia para produtos importados, ou seja, liberalizando a economia para o mercado internacional. Esta pressão existiu e ainda hoje faz parte do receituário dessas organizações internacionais que tem o claro objetivo de abrir os mercados, o problema é que as vezes o país faz parte da organização, como os EUA que pregam o liberalismo para os outros e em casa, quando não interessa, são países altamente protecionistas, o Brasil vive levando revezes dos EUA por conta disso, no aço, nas laranjas, nos calçados. Os EUA pregam a abertura, mas na hora de abrir o seu mercado para os produtos brasileiros se fecham. Essa é uma realidade que deve ser destacada.

Com tal consenso os países emergentes passaram a adotar esse receituário. Paradoxalmente, o grande modelo paradigmático dessas reformas era a Argentina. Chile, México e a Argentina eram, de fato, apontados como os países que haviam implementado com sucesso essas políticas neoliberais.

Depois de uma década de reformas, o Chile vai bem. O México passou por um período de turbulência muito grande mais se recuperou, talvez graças ao NAFTA¹⁴. O grande problema tem sido a Argentina, apontada até pouco tempo como modelo a ser seguido, que entrou em colapso. Infelizmente, os argentinos não estão conseguindo vencer, e não sabemos se irão conseguir superar esta crise pós De La Rúa.

¹⁴ North American Free Trade Agreement – acordo de livre-comércio entre os Estados Unidos, Canadá e México.

Esse, portanto, foi o cenário internacional propagador das políticas neoliberais graças ao suporte dado pelas organizações internacionais a essas políticas neoliberais.

Resumindo, a social democracia surgiu do compromisso entre o proletariado e a burguesia que fez nascer um Estado extremamente caro, daí as pressões internas. É caro sustentar o chamado *welfare state*. Neste modelo, precisa-se de uma carga tributária muito elevada para, por exemplo, garantir educação de qualidade, ou sólida infra-estrutura. Para seus críticos, a social democracia cria um Estado pesado, caro, de economia estruturada em empresas estatais deficientes. O Estado (atuando como empresário) possuía companhias de mineração, de aviação, siderúrgicas, de telecomunicações, petrolífera, ou seja, o Estado estava presente em todas essas áreas. Entretanto, as críticas a este tipo de Estado foram numerosas. As críticas iam desde os processos de compra via licitação ao nepotismo, ou ao uso político dos cargos, deixando as empresas estatais sem competitividade¹⁵.

A chamada crise da social democracia foi, principalmente, resultado do aumento constante dos custos do Estado para a contínua promoção do *welfare state*. Chegou-se a um ponto em que este Estado passou a ser caro demais. Fazendo surgir um movimento de reestruturação do Estado, um movimento que balançou as bases da social democracia e este movimento foi chamado de neoliberalismo, que veio para renovar a social democracia. Assim como o socialismo serviu para modificar as bases do liberalismo, criando a social democracia o neoliberalismo conseguiu funcionar como uma força reformadora da social democracia.

O neoliberalismo não é o retorno ao liberalismo. Até porque, seria impossível, depois de ter sido criada toda essa estrutura social, todo esse Estado intervencionista, depois da revolução socialista, depois da criação da social democracia, onde houve a incorporação de todos aqueles direitos sociais de segunda geração, abandonar-se, simplesmente, todas as conquistas sociais para um retorno a uma situação anterior à social democracia. Portanto, é um equívoco pensar que o neoliberalismo é o puro e simples retorno ao liberalismo.

¹⁵ Essas empresas conviviam com as empresas do setor privado que por adotarem lógica de mercado levavam vantagem. Por outro lado, os sociais-democratas se defendiam argumentando que as empresas estatais deveriam apenas seguir a lógica pública. Ou seja, o Estado deve ter sim, por exemplo, companhia aérea, ou mineradora, ou siderúrgica quando houver necessidade social.

A diferença mais marcante entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo diz respeito à crença liberal de que as leis de mercado são perfeitas e que a intervenção do Estado na economia é que provoca distorções que colocam em risco a estabilidade econômica. No neoliberalismo, em virtude até do que aconteceu no período da quebra da bolsa de Nova York, mostrando que não há esta perfeição das leis de mercado, o que se buscou fazer foi a redefinição do papel do Estado. Os neoliberais passaram a pregar que o Estado não deve intervir na economia diretamente como empresário, mas, ele deve interferir diretamente como agente regulador. Ao invés de o Estado ir fazer algo ou, por exemplo, explorar petróleo ou ter uma empresa de telecomunicações, ele irá deixar que a iniciativa privada, de acordo com as regras impostas pelo Estado, cuide dessas atividades. O Estado dita as regras que devem ser cumpridas pela iniciativa privada. Caso essas regras venham a ser descumpridas cabe ao próprio Estado, através de suas agências reguladoras, punir as infrações.

Então, com o neoliberalismo a economia não está livre, apenas ela funciona sem o Estado como empresário e sim como árbitro. O Estado estabelece as regras, funciona como regulador. É nessa concepção que surgem os programas de privatizações, que aconteceram no mundo inteiro, transferindo do Estado para a iniciativa privada empresas estatais. Este tipo de transferência ocorreu na Inglaterra, na Alemanha, no Chile, na Argentina, e, também, no Brasil. Então houve essa transferência de capital do Estado para a iniciativa privada. Isto realmente foi algo novo, pois, numa perspectiva meramente liberal, seria privatizada e deixar que o mercado cuidasse de tudo.

Em linhas gerais, seguindo as privatizações, criaram-se agências de controle das atividades transferidas para o setor privado. Então, essas agências funcionariam para estabelecer regras, estabelecer metas e para punir os que descumprissem as metas. No caso do Brasil temos o exemplo da Anatel e da Aneel, entre outras agências. Estas agências estão voltadas para a regulamentação do mercado. Isso é uma idéia neoliberal, algo completamente novo e diferente do modelo do liberalismo clássico.

Agora é interessante que quando o neoliberalismo surge como opção, ele traz novos direitos para a chamada terceira geração, como, por exemplo, o direito do consumidor. Sem dúvida o direito do consumidor está totalmente baseado na crença liberal na ênfase da cidadania voltada para o consumo.

A grande crítica que fazemos é que ao contrário do que muitos autores afirmam, não existe Estado neoliberal. O neoliberalismo como movimento jamais foi capaz de produzir uma única experiência de Estado mínimo¹⁶. Na verdade, o que aconteceu foram programas de cunho neoliberal operando dentro da própria social democracia. A partir desses programas a social democracia foi reestruturada. Posteriormente, a social democracia usou o discurso reformista e começou a afirmar que estruturar o Estado não era uma coisa exclusiva do neoliberalismo. Portanto, não haveria incompatibilidade entre a social democracia e reforma do Estado visando um melhor gerenciamento da administração pública.

Outro aspecto inovador do neoliberalismo foi o discurso em torno da necessidade de retorno às finanças neutras e da responsabilidade fiscal. Foi neste contexto que, a partir de pressão internacional, principalmente, do FMI, houve um movimento pela adoção de legislações que garantissem a responsabilidade fiscal¹⁷.

Todo esse novo contexto influenciou mudanças na concepção social democrata de Estado. A social democracia foi renovada por conta do neoliberalismo enquanto programa de reformas do Estado. Entretanto, o neoliberalismo nunca foi efetivamente implantado como modelo de Estado como aconteceu com a social democracia. Nem mesmo na Inglaterra, país que mais levou adiante reformas neoliberais, o neoliberalismo substituiu a social democracia¹⁸. A Inglaterra continua sendo uma social democracia, porém, mais enxuta; devolveu muitas atividades econômicas para o mercado e hoje funciona de uma forma diversa ao período pré Thatcher.

Entretanto, a grande crítica que se fez às políticas neoliberais diz respeito à tentativa de acabar com direitos adquiridos decorrentes de lutas seculares dos movimentos sociais. Por exemplo, a chamada flexibilização

¹⁶ Para os mais radicais o neoliberalismo significaria a criação do chamado Estado mínimo. Este seria um Estado que cuidaria apenas do que o mercado não tivesse interesse, ou seja, na forma mais extrema o Estado só cuidaria da segurança e da justiça. Evidentemente, este tipo de Estado jamais foi implementado.

¹⁷ Seguindo um modelo criado na Nova Zelândia, o Brasil em maio de 2000 promulgou sua Lei de Responsabilidade Fiscal.

¹⁸ Portanto, se não houve em lugar algum, nem no Reino Unido, a mudança da social democracia para o neoliberalismo, provavelmente, é porque na verdade o neoliberalismo enquanto novo tipo de Estado ainda não existe. Podemos dizer que o neoliberalismo é uma técnica de gerenciamento do Estado, formada por princípios liberais mesclados com princípios inovadores. Estes novo modelo modificou as bases da social democracia. A social democracia foi revigorada, ela estava cansada, pelo neoliberalismo.

da legislação trabalhista, retirando direitos dos trabalhadores, sob o argumento da necessidade de geração de mais emprego. Essas políticas impopulares, de eficácia questionável, produziram um grande desgaste no discurso neoliberal. Além disso, outro ponto de desgaste dizia respeito à maneira como os Estados estavam abrindo suas economias para o mercado externo, aumentando importações de produtos industrializados que eram tidos como geradores de desemprego interno e da desaceleração da atividade industrial doméstica. Em resumo, os países começaram a vender suas empresas, começaram a abrir suas economias, buscando um lugar ao sol na globalização. Durante algum tempo as expectativas foram enormes, mas isso teve um limite. Após várias reformas, chegou-se a conclusão de que esse tipo de programa não é aplicável indefinitivamente. As privatizações chegam ao fim, e depois? O que fazer para gerar ativos financeiros para o Estado? Chega-se a um ponto em que as barreiras comerciais já foram derrubadas pelos acordos internacionais. E aí o que fazer para proteger a indústria nacional? Portanto, existe um limite para políticas neoliberais. De fato, se é verdade que o neoliberalismo veio para apontar as contradições da social democracia, é verdade também que ele tem as suas próprias contradições.

Então é nesse contexto de desgaste do neoliberalismo que entra a discussão em torno da chamada terceira via. A terceira via na verdade vem a ser o discurso de renovação da social democracia. Anthony Giddens escreveu *The Third Way*¹⁹ – *The Renew of the Social Democracy* falando que a terceira via é a social democracia revisitada, transformada, pelo neoliberalismo. Quando Tony Blair assume o poder ele não desfaz o que os conservadores fizeram. Os trabalhistas argumentaram que o que foi feito está feito, agora é tempo de retorno aos problemas sociais. Em momento algum, após o retorno dos trabalhistas, houve a tentativa de se desfazer do que foi feito na época dos conservadores.

Sem dúvida o neoliberalismo foi importante no sentido de revigorar a social democracia que é um modelo que é compatível com todas as gerações de direito. Talvez seja o único modelo, a social democracia, que seja compatível com todas as gerações.

¹⁹ É importante salientar que o termo *The Third Way* não pertence a Giddens, sobre o surgimento da nova esquerda e social democracia, por exemplo, David Held já havia escrito em 1984 o capítulo intitulado *The Contemporary Polarization of Democratic Theory: The Case for a Third Way*, no livro *Political Theory and the Modern State* pela Stanford University Press.

Não obstante, é oportuno, ainda, fazermos algumas diferenciações entre o liberalismo clássico do neoliberalismo. No neoliberalismo a ênfase é no consumidor, a ênfase é no mercado, a ênfase é uma situação não do liberalismo clássico, mas a ênfase é no mercado; é fazer com que o mercado opere num sistema de vantagens competitivas, voltando a David Ricardo, a Lei das Vantagens Comparativas, a ênfase é no consumidor. A crítica dos sociais-democratas é justamente de que os governos que estavam praticando ao extremo políticas neoliberais estavam de certo modo esquecendo do social. Então a terceira via surge como o manifesto político que foi de certa forma foi um manifesto que coincidiu com a volta do Partido Trabalhista britânico ao poder e Tony Blair, enquanto líder do partido, torna-se Primeiro Ministro. A idéia de terceira via foi um manifesto político que se deve interpretar dentro da política inglesa, isso porque, a Inglaterra foi um dos grandes modelos paradigmáticos neoliberais. De fato, Margareth Thatcher foi bem sucedida na implementação de governo, se os conservadores não tivessem sido bem sucedidos eles não teriam passado mais de uma década no poder. Entretanto, com argumentamos, mesmo considerando este sucesso, houve um envelhecimento natural desse tipo de políticas neoliberais.

A prova maior do sucesso da Era Thatcher foi a postura do governo de Tony Blair ao assumir o poder. Tacitamente, o Partido Trabalhista reconheceu que os conservadores fizeram um governo positivo, mas seu modo de governar já envelhecera, havendo, portanto, a necessidade de se reformar a economia para investir no social. Desta forma, nesta divisão de tarefas, coube aos conservadores a missão de consertar a casa. E agora, aos trabalhistas a missão de se investir no social. É, portanto, o retorno à social democracia. Desta maneira, os ingleses nunca negaram a social democracia, eles reformaram o Estado e a economia, via políticas neoliberais, deram uma nova roupagem à social democracia via neoliberalismo, e agora estão buscando uma terceira via que nada mais é do que uma revisão da própria social democracia.

O conceito de terceira via passa a ser a discussão. Na verdade, a idéia de terceira via pode ser vista como sendo uma maneira de se negar tanto a velha social democracia de Keynes, quanto o neoliberalismo de Thatcher. O discurso passa a ser em defesa do retorno aos investimentos sociais, mas dentro de uma concepção de eficiência e eficácia estatais. Juntamente com a terceira via chegamos aos chamados direitos de quarta geração.

Os chamados direitos humanos da quarta dimensão seriam os novos direitos frutos das inovações tecnológicas, da bioética, do desenvolvimento

das nações, da sustentabilidade econômica, do direito à vida das gerações futuras, do direito a uma vida saudável e em harmonia com a natureza, da manipulação genética, da biotecnologia, da bioengenharia, e direitos advindos da realidade virtual. É importante observarmos uma importante diferença entre os direitos ao desenvolvimento das nações, decorrente da terceira geração, e ao desenvolvimento sustentável das nações, decorrente da quarta geração.

Neste contexto, Antony Giddens torna-se o grande suporte intelectual de Tony Blair. Ele é quem escreve dando o suporte teórico e isso é muito comum na política inglesa²⁰. O objetivo da propaganda em torno da Terceira via era de justificar a mudança de estratégia político-eleitoral, enquanto o Partido Trabalhista estava simplesmente atacando os conservadores eles estavam perdendo as eleições para os conservadores; então Tony Blair, ao chegar a liderança do partido, mudou o discurso utilizando justamente esse arcabouço teórico de terceira via²¹.

É interessante observarmos que além do discurso “modernizante”, a terceira via defende a globalização como algo positivo para a humanidade. Dessa forma, ela adota um discurso a favor da globalização. Seu discurso é justamente que a globalização é boa. É um discurso que a globalização abre possibilidades, então, é um discurso, também nesta questão, muito próximo, ou até mesmo igual, ao discurso do neoliberalismo.

Para Antony Giddens, os sociais-democratas de terceira via estariam longe de fazer parte de uma filosofia de *laissez-faire*, eles acreditam que não precisam tolher a dinâmica do mercado, mas sim aperfeiçoá-lo buscando mais eficácia. Esse discurso só vem a reforçar o reconhecimento das políticas neoliberais pela terceira via.

Os teóricos da terceira via não defendem a social democracia pré-neoliberalismo. Ou seja, eles não negam tudo que foi feito em termos de privatização, ou que, por exemplo, telecomunicações formam uma área sensível que deve estar na mão do Estado, assim como também a energia ou o petróleo também, ou seja, um discurso carregado de nacionalismo e de esta-

²⁰ Por exemplo, John Locke também foi um grande teórico de momento político do final do século XVII, com a Revolução Gloriosa. Não colocando Antony Giddens no mesmo patamar de John Locke mas apenas mostrando esse precedente na política inglesa, onde a política exige algum lastro acadêmico para fundamentar os programas de governo.

²¹ A natureza panfletária da terceira via de Giddens foi apontada em diversas partes da Europa, para seus críticos, as idéias da terceira via já haviam chegado em outros países pela própria social democracia.

tismo. O que seria um simples retorno à social democracia como ela era moldada no pós-guerra. Portanto, a terceira via, de modo geral, não nega as reformas que foram implementadas pelo neoliberalismo.

Em resumo, com a terceira via, segundo Giddens, traz uma maior conscientização dos problemas ecológicos, uma maior conceituação dos problemas globais, da própria globalização, por isso é um discurso que tende a incorporar novos valores (dentro de uma perspectiva social-democrata). E quais são os valores da terceira via? São a igualdade, que também é um valor da social democracia, não é definitivamente do neoliberalismo; proteção do vulnerável; a liberdade como autonomia, embora que a liberdade seja um valor liberal, mas incorporado pela social democracia; também ela defende que não devem haver direitos sem as contrapartidas das responsabilidades. Além disso, ela enfatiza a democracia, que também está na própria essência da social democracia, e o pluralismo cosmopolitano como filosofia da globalização. Então, o programa da terceira via implica numa política estruturada politicamente no centro, centro radical conforme Giddens, ou seja, nem na esquerda nem tão pouco na direita. Além disso, deve haver um arranjo internacional dos países que deve ser feito dentro da idéia de democracia, que deve haver uma sociedade civil ativa; que a família também tem um papel democrático a cumprir; que deve ser a economia mista, o privado convivendo com o estatal; que a igualdade tem que ser motivadora da inclusão que ele chama também do bem estar positivo. Outra coisa interessante do programa da terceira via é aquele que chama o Estado do investimento social, ou seja, ou invés de chamarmos do Estado do bem-estar social agora é o Estado do Investimento Social, logicamente esse investimento vai ser em bem-estar e também essa idéia de uma nação cosmopolita, a democracia como um valor cosmopolita, então, tudo isso vem a ser parte da idéia da terceira via que Giddens entende como sendo o revigoramento da sociedade civil. Porque aí, a partir da idéia de terceira via, temos o governo e a sociedade civil em parceria, o comunitarismo renovado através de iniciativas locais, o envolvimento do terceiro setor, que ele acredita ser muito importante. A proteção da esfera pública local, inclusive o programa toca muito na questão local, porque fala se muito em família e também, por exemplo, prevenção do crime baseado no comunitarismo, baseado nas comunidades e ele defende a idéia de família democrática que ai é um conceito um tanto quanto difícil de ser defendido do ponto de vista político. Mas, além disso, do ponto de vista do gerenciamento estatal, a terceira via defen-

de a devolução de competência do poder central para o local. Finalmente, defende-se a transparência na gestão, eficiência administrativa, ou seja, que para muitos dos que defendiam a social democracia pós 1945 a eficiência não era algo muito importante.

Eficiência é uma marca característica da chamada terceira via que foi incorporada graças ao neoliberalismo, então, o mecanismo de democracia direta, que vai ser sufrágio, referendo, a terceira via implica nisso. E também considerar o governo como um gerente de risco e não apenas como se fosse um governante que está desassociado de determinados riscos que são muito parecidos peculiares da iniciativa privada, aquela pessoa que sabe que tem que gerenciar bem ou então haverá risco de quebra da sua empresa perder as condições favoráveis para sua própria existência, então, é como se fosse oportunidade com inovação, segurança com responsabilidade essa é a matriz da terceira via.

Esse é um discurso que, repito, político de um partido que estava lutando pelo poder e queria deixar um recado bem claro para o seu eleitor: “não vamos negar tudo que foi feito pelo governo antecessor, nós temos divergências, mas não vamos negar o que foi feito, agora nós vamos dar uma nova ênfase no social. Mas não vamos negar esse papel, essa nova mentalidade de gestão pública e não vamos fazer com que o Estado volte a ser aquele Estado gigante que é o Estado pós 1945”. Então é um discurso político forte que na verdade reforça aquela nossa idéia inicial de que a terceira via, na verdade, é a social democracia revigorada. Se a terceira via conseguisse alcançar os seus objetivos ela pretende produzir uma situação de social democracia que produza igualdade, inclusão; uma democracia baseada na meritocracia, ou seja, baseada no mérito, no valor; a renovação da esfera pública, o bem-estar social positivo e mais uma vez uma ênfase naquela idéia do Estado do Investimento Social, ou seja, é investir, o Estado deve investir. Então, essa é a mensagem da terceira via e com ela fechamos a discussão do final do século XX, início do século XXI do que está na mesa a disposição dos governos. Repito, liberalismo clássico não existe. Socialismo, hoje, também não existe. Nem Cuba, nem a China adotam o modelo do socialismo pós Revolução Bolchevique de 1917. Social democracia pós 1945 nós ainda temos espalhados pela Europa e todas elas sofreram influência, em maior ou em menor grau do chamado neoliberalismo, dessas políticas neoliberais, porque não existe Estado neoliberal.

E quanto mais esses países mexeram internamente mais eles tiveram a necessidade de justificar as mudanças que foram introduzidas, e aí é que

surge o discurso de terceira via. Um discurso para justificar as reformas que foram feitas e reformas que foram consideradas reformas que não podem ser desfeitas e então se incorpora como algo necessário e algo positivo. Incorpora-se como algo necessário, dentro de uma perspectiva de globalização.

Então, esse é o cenário. A grande crítica é saber se alguns países como o Brasil são uma social democracia. Por isso, voltamos ao argumento inicial de que o Brasil é de fato uma tentativa de social democracia. Se não é uma social democracia de fato é pelo menos uma tentativa de social democracia e uma tentativa constitucionalizada, porque se abirmos a constituição do Brasil veremos que não há dúvida que o objetivo do Estado brasileiro é de se criar uma social democracia. Ao longo dos últimos anos, principalmente durante a Era Cardoso, o Brasil vem implementando políticas neoliberais. Não obstante, o Brasil não se tornou um país neoliberal, até porque não existe país neoliberal, e não passou a ser um país neoliberal porque ele mantém obrigações constitucionais que são típicas de uma social democracia.

Há, na verdade, uma pressão muito grande por arrecadação, uma arrecadação muito grande é tanto que ao mesmo tempo em que o Brasil passou a praticar políticas neoliberais, como privatizações e liberalizações do nosso comércio internacional, liberalização do nosso relacionamento com o mundo o Brasil aumentou a carga tributária, por que?

A pressão externa consiste, principalmente, no fato de que o Brasil tomou muito dinheiro emprestado e vem pagando serviços absurdos da dívida. A outra pressão é de natureza interna fruto da obrigação de prestação de serviços públicos que o Estado brasileiro tem que prestar. A situação ficaria mais confortável se fosse possível reformar o Estado brasileiro fazendo com que ele, não diminuísse sua carga tributária (hoje em 34% do PIB), melhorasse a qualidade dos gastos e o perfil da carga. Hoje, a discussão deve ser em torno do que se pode fazer para que o Brasil pague menos serviços externos, respeitando a constituição, fazendo sobrar recursos para, efetivamente, consolidar no Brasil a social democracia.

3 CONCLUSÕES

Conforme vimos, através da evolução das ideologias políticas é possível visualizarmos também a evolução das gerações de direitos humanos.

Entretanto, devemos observar também que ambas as discussões ocorreram sob um frágil caráter de universalidade, tendo em vista a primazia dos pensamentos ocidentais nestes campos. Na verdade, os direitos humanos como discutidos neste trabalho são frutos de um debate eminentemente ocidental.

Como inserir o Estado brasileiro neste contexto? Que tipo de Estado ele se transformou após o governo Cardoso? O atual Estado brasileiro remodelado a partir da Constituição Federal de 1988 sofreu profundas influências das reformas neoliberais do final do século XX, principalmente, durante o governo Cardoso. Não obstante, a sua essência não foi alterada, o mesmo continua sendo uma tentativa frustrada de social democracia. Apesar das reformas implementadas ao longo da última década, é incorreto denominar o Brasil de um Estado neoliberal, mesmo com toda a diminuição do Estado a partir das privatizações e da adoção de um novo modelo de intervenção do Estado na economia, ancorado nas agências reguladoras. Ou seja, mesmo depois dessa gigantesca onda neoliberal, na verdade o Brasil não é um Estado neoliberal, e sim uma tentativa frustrada de social democracia.

Prova inequívoca da social democracia brasileira, ou de sua tentativa, tem sido a contradição existente entre a recente diminuição do tamanho do Estado, principalmente a partir das reformas constitucionais ocorridas em 1995, e o contínuo aumento da carga tributária brasileira na Era FHC. Na realidade a diminuição do tamanho do Estado ocorreu no campo de atuação direta do Estado na economia, ela não atingiu o estado do bem-estar social, ou seja, o que diminuiu foi o Estado empresário e não o Estado do bem-estar social. Reforçando este argumento, podemos encontrar diversas ações de todas as esferas da federação brasileira no sentido de aumentar a rede de proteção social, como, por exemplo, programas do tipo bolsa escola, ou de auxílio aos desempregados, ou, até mesmo, no campo da saúde como a implementação de programas de amparo aos portadores do vírus HIV.

Se o Estado diminuiu, se ele foi enxugado, o que justifica o aumento da carga tributária? Se o Brasil estivesse caminhando para um modelo de Estado neoliberal deveríamos esperar uma diminuição da carga tributária e não um aumento. Se o Estado encolheu e está menos presente na economia, se ele está menos assistencialista, está menos protetor do bem-estar social seria de se esperar uma diminuição em sua carga tributária. No entanto, houve um aumento bastante expressivo da carga tributária brasileira, esta carga evoluiu de um patamar de 25% na década de 70 para um de 34% em 2002.

É verdade que o simples aumento da carga tributária não implica necessariamente a existência de uma social democracia. Entretanto, por outro lado, a simples desregulamentação de vários setores da economia, como consequência do programa de privatização, não significa a existência de um Estado neoliberal. Agora, certamente, esse aumento da carga tributária tem a ver com um novo modelo de Estado baseado numa nova relação de dependência externa e de maiores obrigações sociais internas. Portanto, o aumento da carga tributária aconteceu para o Brasil poder pagar não apenas os serviços de dívidas externas. Na verdade, também seria errôneo pensar que se aumentou a carga tributária para ser possível a ampliação, ou a melhoria, dos serviços sociais. Não obstante, igualmente equivocado seria afirmar que a carga tributária aumentou simplesmente para que o governo federal pudesse pagar os serviços da dívida externa.

Finalmente, se foi importante em um determinado momento criarmos essa situação e termos esses compromissos externos para dar sustentabilidade ao plano real, nós precisamos, na verdade, é, de certo modo, não combater o aumento da carga tributária e sim discutirmos a natureza da carga tributária. O Brasil, para viabilizar sua social democracia, pode e deve manter a carga tributária no patamar atual, mas com uma qualidade melhor com um sistema tributário mais justo, mais eficaz e que penalize menos os assalariados e os setores produtivos. Desta forma, haverá justiça tributária, logo, não devemos defender uma diminuição da carga tributária, devemos defender um melhor perfil de arrecadação, que seja baseado na justiça tributária e também na idéia de que seus recursos podem ser melhor administrados a partir da diminuição do custo dos serviços da dívida externa, possibilitando que os recursos excedentes sejam canalizados para investimentos nos setores sociais. Desta forma, haverá uma melhor promoção da distribuição de riquezas, permitindo a justiça social tanto redistributiva quanto reparadora. Assim, poderemos reparar os danos ocasionados no passado e no presente relacionados com a falta de educação, de saúde, de moradia. Consequentemente, o objetivo do novo modelo de Estado brasileiro deve ser o de, via manutenção do patamar elevado de arrecadação, efetivar a social democracia brasileira prevista na Constituição Federal de 1988. A nossa crítica vai ser que podemos ter um sistema tributário mais justo do ponto de vista do perfil da arrecadação e da distribuição de renda. Por fim, precisamos, urgentemente, finalmente implementar nossa social democracia já devidamente revisada pelas idéias da chamada terceira via.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Editora Campus. Rio de Janeiro. 1992.
- FUKUYAMA, Francis. Reflexions on the End of History. In *After History? Francis Fukuyama and His Critics*, ed. Timothy Burns. Lanham, Md. 1994
- GIDDENS, Anthony. *The Third Way: The Renewal of Social Democracy*. Polity Press. Cambridge. 1998.
- HELD, David. *Political Theory and the Modern State*. Stanford University Press. Stanford 1984.
- HOBBSBAWM, Eric. *The Age of Extremes. A History of the World, 1914-1991*. Vintage. New York. 1996.
- LOCKE, John. *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil*. Vozes. Petrópolis. 1994.
- MANN, Michael. *The Sources of Social Power*. Vol. II. The rise of classes and nation-states, 1760-1914. Cambridge. 1993.
- MARTINS, Daniele C. Direitos Humanos: Historicidade e contemporaneidade. In Boucault; Araújo: *Os Direitos Humanos e o Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In WEFFORT, Francisco. *Os Clássicos da Política*. Vol.1. Ática. São Paulo. 1993.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo: Antigo e Moderno*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1991.